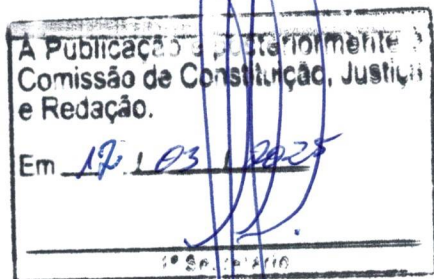




Estado do Tocantins
Poder Legislativo
Gabinete do Deputado **EDUARDO MANTOAN**



PROJETO DE LEI Nº 38 /2025.



Altera a Lei nº 4.602, de 29 de novembro de 2024, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 4.602, de 29 de novembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica assegurado às mulheres o direito a ter pessoa maior de idade como acompanhante, de sua livre escolha, nas consultas, exames e procedimentos, inclusive os ginecológicos, durante todo o período de atendimento, nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Tocantins.

Art. 1º-A Nos demais casos serão obedecidos o art. 19-J da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, alterados pela Lei Federal nº 14.737, de 27 de novembro de 2023.

Art. 3º

II -

a) advertência por escrito;



Estado do Tocantins
Poder Legislativo
Gabinete do Deputado **EDUARDO MANTOAN**



- b) multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 aos hospitais ou estabelecimentos privados, dobrada em caso de reincidência, sendo os seus valores atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

Art. 3º-A Qualquer pessoa é parte legítima para comunicar os casos de descumprimento desta Lei ao Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

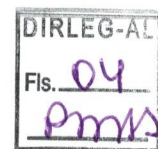
O direito da mulher ao acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados foi incluída pela Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005, onde previa o direito da parturiente a ter 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto.

Com o advento da Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023, ampliou-se o direito da mulher ter acompanhante a todos os atendimentos realizados nos serviços públicos e privados de saúde, sendo previsto nesta lei estadual nº 4.602, de 29 de novembro de 2024, as hipóteses de sanções administrativas dos infratores da Lei.

De forma complementar, entendo que esta Augusta Casa de Leis pode trazer maior esclarecimento aos dispositivos da lei alterada com o intuito de garantia do direito da mulher a acompanhante nas consultas, exames e procedimentos, inclusive os ginecológicos, durante todo o período de atendimento.



Estado do Tocantins
Poder Legislativo
Gabinete do Deputado **EDUARDO MANTOAN**



Em razão do exposto, submetemos à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins o Projeto de Lei em epígrafe e esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala da Sessões, em 17 de fevereiro de 2025.

Assinatura manuscrita de Eduardo Mantoan em tinta azul.

EDUARDO MANTOAN
Deputado Estadual

[Imprimir](#)

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:
P8bf24db77b6d58b5aae18f39151dae23K13216

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

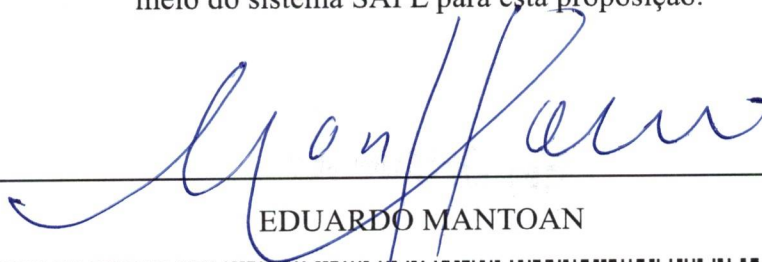
Autor: **EDUARDO MANTOAN**

Enviada por: **EDUARDO MANTOAN**
MANTOAN (dep.eduardo.mantoan)

Descrição: **Altera a Lei nº 4.602, de 29 de novembro de 2024, e dá outras providências.**

Data de Envio: **18/02/2025 09:20:32**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.


EDUARDO MANTOAN